

### **Ata nº 29 / XIII / 1.ª SL**

Ao primeiro dia de junho de 2016, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

#### **Ordem do Dia:**

##### **1. Informações gerais;**

2. **Audição do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros** para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do art.º 104.º do Regimento da Assembleia da República.

##### **3. Outros assuntos**

Aberta a reunião, o **Senhor Presidente da Comissão** deu as boas vindas aos membros do Governo presentes, bem como a todos os Deputados em sessão, tendo solicitado que a parte da OD relativa às Informações Gerais transitasse para a parte final da reunião, o que foi assentido por todos os Deputados presentes.

#### **Ponto 2.**

Neste seguimento, o Senhor Presidente informou acerca da metodologia a adotar, tendo de seguida e em conformidade dado a palavra ao senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros para a sua alocução inicial.

Nesta, o Senhor Ministro identificou 3 grandes linhas temáticas a abordar: a política externa europeia, a situação política atual de 5 países relevantes para a política externa nacional, e ainda, a política do Governo para as comunidades portuguesas.

Relativamente à primeira questão, começou por destacar a apresentação de uma nova estratégia europeia para a política externa e segurança comum, em preparação, a qual será levada à reunião e do Conselho de finais de junho. Nesta e em colaboração com França e Itália, Portugal elaborou documento sobre a importância estratégica dos oceanos e ainda,

conjuntamente com Espanha e Itália, um outro documento sobre a relação da Europa com a África subsariana. Relativamente aos aspetos que entende por mais relevantes desta nova estratégia, identificou: o combate à ameaça terrorista, a preocupante situação na Líbia, suscetível de transbordar para países vizinhos que são importantes para a estabilidade na região, como é o caso da Tunísia, exemplo de sucesso no norte de África. Sublinhou também a necessidade de serem garantidos corredores humanitários em zonas de conflito, bem como o combate militar ao DAESH, também no Iraque, cuja coligação União Europeia/NATO é apoiada por Portugal. Quanto ao Iraque, lembrou que Portugal apoia os esforços de pacificação e reconstrução promovidos pelo atual governo. Assinalou as alterações observadas nos flancos sul e leste da Europa que merecerão atenção na nova estratégia, nomeadamente o equilíbrio da relação geoestratégica com a Rússia, onde, na sua perspetiva, as medidas de dissuasão devem ser acompanhadas de imprescindíveis instrumentos de diálogo.

Depois, referiu dever ser dada particular atenção à situação atualmente vivida em 5 países: Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Brasil e Venezuela. Considera a situação na Guiné extremamente delicada, cuja resolução passa pela constituição de um governo que garanta o diálogo entre todos. Lembrou que não obstante o mandato da ECOMIB (Missão da Comunidade de Estados da África Ocidental em Bissau) terminar em junho, Portugal já recomendou a renovação daquele mandato. Relativamente à segurança marítima ao largo da Guiné, sublinhou que vai reunir em Lisboa o G7+Amigos do Golfo da Guiné. No concernente a Angola, salientou as dificuldades económicas vividas por este país que é dos parceiros regionais mais importantes de Portugal e essencial para a estabilização da região dos grandes lagos, sendo para tal essencial o êxito da missão em curso no Congo. E declarou ser muito importante normalizar os fluxos financeiros retidos em Angola. Em Moçambique, a situação, sendo difícil, é menos problemática, a partir do momento em que o país reconheceu a ocultação de dívida, ao passo que já decorre o diálogo entre a FRELIMO e a RENAMO, com base numa plataforma-roteiro reciprocamente aceite. Na situação brasileira é importante prosseguir as negociações para um acordo entre a União Europeia e a MERCOSUL, estando Portugal a aguardar a evolução da situação política interna brasileira que segue atenta e adequadamente. Finalmente, considerou ser a situação venezuelana a que mais preocupa o Governo, preconizando quatro linhas de atuação: cuidadosa gestão política no relacionamento com as autoridades locais; desenvolver todos os esforços no sentido de insistir em garantias de segurança da comunidade portuguesa residente; Prosseguir no desenvolvimento das relações económicas bilaterais, tendo lembrado estar agendada para julho, em Lisboa, uma reunião da Comissão Mista; e ainda, o acompanhamento das questões sociais que assolam a comunidade portuguesa, em estreita colaboração com o movimento associativo e instituições locais.

Interveio seguidamente o Senhor Deputado José Cesário (PSD) que, após saudar os membros do Governo presentes, e afluindo as questões da diplomacia económica e da

internacionalização da economia, questionou sobre quais são para o Governo os mercados preferenciais alternativos, em face da crise vivida pelos nossos tradicionais parceiros comerciais e de que modo perspectiva, para tal efeito, a adaptação da rede diplomática, designadamente através da AICEP e do projeto para abertura de uma delegação em Cantão, na China. Relativamente ao tema das Comunidades que considera matéria delicada, dada a visibilidade pública de que se reveste, congratulou-se pela implementação de medidas que, por força das circunstâncias político-eleitoriais nacionais, haviam ficado interrompidas. Porém, referiu, a rede consular continua a evidenciar carências graves, pois perderam-se 395 funcionários, ao passo que apenas foram recrutados 300, causando problemas, opor exemplo, em Estugarda e Londres. Relembrou, ainda, que ao contrário do compromisso que o Senhor Ministro havia assumido com a Comissão, não têm sido ouvidos os Embaixadores colocados de novo nos diferentes postos diplomáticos, aspeto que deve ser corrigido através do agendamento atempado das audições, tendo exemplificado com o caso do Embaixador em Brasília, cargo de enorme importância. Relativamente à situação na Venezuela, partilhou a preocupação do Ministro e perguntou que medidas concretas pretende o Governo implementar no domínio do apoio social, dadas as dificuldades sentidas pela população. Finalmente e no domínio da ajuda ao desenvolvimento, perguntou como pensa o Governo financiar estas atividades nos tempos mais próximos e que responsabilidades pretende assumir.

Respondeu o Senhor Ministro ser preocupação do governo manter a sustentabilidade das exportações, embora com abrandamento esperado para 2016, dadas as dificuldades económicas sentidas nos países com quem mais nos relacionamos comercialmente. Lembrou que a GALP vai ter de abrandar a produção em Angola por motivos técnicos e que a Autoeuropa vai reduzir a sua produção a um turno por dia. Entretanto, abrem-se novos mercados no continente americano, sobretudo na faixa do Pacífico, bem como na Ásia e na Índia. Neste capítulo, a abertura de um novo Consulado em Cantão irá abrir novas possibilidades, aguardando-se neste momento a permissão final da China. Relativamente à falta de pessoal consular manifestou a intenção de estancar a sangria, lembrando que entre 2011 e 2015, houve uma redução de efetivos de 24%. Relativamente à audição de Embaixadores na Comissão de Negócios Estrangeiros, concordou serem muito relevantes, embora entenda que estes só devem ser ouvidos nessa qualidade e circunstância, após nomeação formal por parte do Presidente da República, facto que abrangerá, também, o novo Embaixador em Brasília. Salientou ser interesse do Governo falar com todas as partes venezuelanas envolvidas na crise sem tomada de partidos e protegendo a comunidade portuguesa ali residente, a qual diversifica o seu apoio por vários quadrantes políticos. Anunciou estar em preparação um programa de apoio à comunidade portuguesa na Venezuela. Finalmente, referiu o reforço orçamental de verbas para a cooperação para o desenvolvimento, em cerca de 25%.

Interveio o Senhor Deputado Paulo Pisco (PS) para saudar os membros do Governo presentes e assinalar o estado atual das relações entre a União e a Rússia, agitada por acontecimentos como os da Ucrânia, Líbia, Crimeia e ainda as relacionadas com a segurança energética, salientando o entendimento de que a política de vizinhança, tanto a leste como a sul, não cumpriram os seus objetivos. No caso da União, entende que não foram devidamente acautelados os efeitos da “Primavera-Árabe”. Por tais motivos, perguntou se o anunciado documento da nova Estratégia Global de Política Externa e Seguranças da União levará em conta tais fracassos. Relativamente à cimeira da NATO no final do semestre, perguntou se no entendimento do Governo, se assiste a uma reedição da “guerra-fria”, atentas as medidas alvitradas para o flanco leste, designadamente, a adesão de Montenegro, o escudo antimíssil na Roménia e o levantamento de uma força de intervenção rápida a sediar no leste europeu. Questionou, também, se a crise sentida em vários países da CPLP é de molde a afetar os interesses económicos e estratégicos portugueses. Finalmente, e acerca da implementação do “Espaço Cidadão” em Paris, perguntou se será possível e em que prazo, replicar a iniciativa noutras cidades com forte presença de comunidades portuguesas.

Respondeu o Senhor Ministro que a nova Estratégia Global é uma oportunidade para robustecer a política externa da União, embora se deva aguardar pelo resultado do referendo no Reino Unido. Relembrou que Portugal, enquanto membro da União, também é vítima do embargo à Rússia, ao nível das exportações. Portugal defende o equilíbrio entre as lógicas de dissuasão e de diálogo, o qual permite identificar ameaças comuns, como por exemplo, o terrorismo internacional. Relembrou que Angola vinha sendo o quarto destino das nossas exportações, tendo caído para a oitava posição, ocupando o Brasil, agora, a décima primeira posição, situação que não está na esfera de dependência de nenhum Governo. A alternativa, referiu, passa pela abertura de novos mercados, designadamente os emergentes como a Índia, a Colômbia, a China e o Perú. No âmbito da CPLP, entende que Portugal não deve pressionar o Brasil. Quanto ao “Simplex” consular defende ser intenção do Governo levar à rede o conceito da Loja do Cidadão, unificando diferentes serviços num mesmo balcão de atendimento.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) que, após ter saudado os membros do Governo presentes, sublinhou a relevância do “Espaço Cidadão” para a melhoria das condições de acompanhamento consular das comunidades portuguesas no estrangeiro. Seguidamente, perguntou se o Governo pretende recuperar espaços consulares que haviam sido encerrados pelo anterior Governo e se o atual pretende reduzir a “externalização” de pessoal nos serviços consulares. Ainda neste particular, quis saber se estão previstas medidas que melhorem as condições dos funcionários consulares e sua valorização, e se é possível reduzir os tempos de espera na prestação de serviços consulares, designadamente no Reino Unido, onde se verificam atrasos enormes. Saudou a

política portuguesa para a Venezuela, por respeitar a legitimidade de um Governo democraticamente eleito. Finalmente, entendendo necessário reforçar a participação política dos portugueses no estrangeiro, perguntou se estão previstas medidas concretas no âmbito do recenseamento eleitoral e do exercício da capacidade eleitoral ativa dos cidadãos.

Em resposta, afirmou o Senhor Ministro não pretender esconder dificuldades. Relativamente à externalização há divergências de fundo quanto à política seguida no antecedente, até por não estar provado que daí advenha uma efetiva redução da despesa. Salientou a existência, preocupante, de situações de pré-ruptura no funcionamento de alguns Consulados, existindo medidas de simplificação que podem ajudar ao seu desanuiamento, como por exemplo, a duplicação do prazo de validade do cartão de cidadão. Nas regiões onde existam fortes comunidades portuguesas devem ser feitos acordos com as edilidades locais, tal como se faz já em França, cujos municípios passaram a albergar centros de apoio, assim se alargando a rede funcional dos Consulados. Referiu, a finalizar, que o Governo pretende debater, possivelmente até ao final da sessão legislativa, o regime de participação eleitoral dos portugueses residentes no estrangeiro, se bem que antecipe a existência de problemas sérios no domínio tecnológico que devem ser devidamente ultrapassados.

Interveio o Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP) que, saudando os membros do Governo presentes e declarando acompanhar os eixos de atuação do Governo para a Venezuela, perguntou que medidas em concreto foram já tomadas para salvaguardar interesses portugueses e se sabia quantos portugueses haviam já abandonado a Venezuela recentemente. No domínio das exportações e investimento estrangeiro, sublinhou a queda de 0,6% no primeiro trimestre de 2016 relativamente ao período homólogo de 2015 e questionou sobre as medidas que o Governo pretende tomar e como são interpretados estes sinais. Finalmente, questionou o Ministro como podem ser conciliados os dados referidos e dos seus previsíveis reflexos na execução orçamental, com os objetivos da construção social constantemente invocados pelo Governo.

Respondeu o Ministro, ser necessário preservar os laços de cooperação existentes com a Venezuela, sendo essa condição fundamental para preservar os interesses portugueses. Sublinhou que os 24 mil pedidos de ajuda verificados em 2014, passaram em 2015 para 28 mil, o que não deixa compreender a razão da redução de pessoal no Consulado Geral de Caracas, operada pelo anterior Governo. Prevê que o número venha a aumentar, embora a um ritmo mais lento, que, em qualquer caso, não depende da atuação do Governo. Relembrou que a diversificação de mercados é uma realidade, como demonstram os casos da Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos e Qatar, salientando interessar a Portugal não só as economias emergentes, como também as já maduras como são os casos do Canadá, Estados Unidos (que já é o quinto mercado de exportação), Singapura, China e México. Sinalizou, a finalizar, não compreender a referência ao conceito de

construção social, quando o anterior Governo falhou todos os objetivos orçamentais.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** que saudou, em nome do seu Grupo Parlamentar, os membros do Governo presentes. No domínio da política internacional manifestou preocupação com a situação na Venezuela e com a situação da comunidade portuguesa aí residente, salientando processos de desestabilização e ingerência externa com que o país se tem defrontado, conjuntamente com outros países da região, aspeto que é indissociável da situação que ali por ora é vivida. Cada povo deve ser livre para decidir o seu destino, sem pressões e condicionamentos, que agora se observa, por exemplo, perante o referendo britânico. Relativamente ao problema dos refugiados, a União Europeia continua inativa e sem soluções, com mais 700 mortos recentemente no Mediterrâneo. Perguntou qual a agenda da próxima cimeira da NATO e se o Governo pretende abordar a questão do terrorismo, indo às suas causas profundas e que o motivam.

Respondeu o Senhor **Paulo Neves (PSD)**, para sublinhar que o Governo se rege pelo princípio da não-ingerência em soberanias estrangeiras, embora com os limites decorrentes do respeito pelos direitos humanos e a liberdade de imprensa, e pela defesa, informação e representação dos interesses nacionais mais diretos e estratégicos. No caso da Venezuela referiu existirem interesses que são convergentes, por exemplo, ao nível das redes de distribuição alimentar onde existem muitas empresas portuguesas e declarou que o Estado está preparado para todas as circunstâncias de ação. Já quanto à situação no Golfo da Guiné sublinhou que por ali passam as principais rotas de abastecimento de petróleo da península arábica, pelo que a participação de Portugal no esforço de manutenção da segurança desta rota é legítimo e entronca num esforço de responsabilidade internacional que nada tem a ver com a ingerência em países terceiros, bem pelo contrário, são esses países que solicitam a ajuda de Portugal. Relativamente aos refugiados, concordou com a posição do PCP relativamente à necessidade de buscar as causas profundas do terrorismo e lembrou que uma delas é a falência das próprias instituições. Recordou, também, que Portugal já é o segundo país da União que mais refugiados recolocou, excedendo em muito as obrigações acordadas.

Na segunda ronda de intervenções registaram-se as seguintes questões, colocadas pelo(a)s Senhore(a)s Deputado(a)s:

Paulo Neves (PSD), para perguntar, relativamente ao caso da Venezuela, se está a ser utilizada a rede associativa dos centros portugueses (cerca de 24); se está prevista a reativação do adido social em Caracas; e qual a posição do Governo quanto à possibilidade de reativar o voo direto para Caracas oriundo da Madeira que já existiu e considera imprescindível.

**Gabriela Canavilhas (PS)**, para saudar o Governo pelo esforço de internacionalização da criação cultural que pode ter uma expressão económica relevante e perguntar sobre o estado da evolução da implementação da língua portuguesa, designadamente no ensino regular e junto das comunidades portuguesas, e sobre o trabalho desenvolvido na cooperação para o desenvolvimento, designadamente a “cooperação triangular”, bem como da estratégia nacional da educação para o desenvolvimento.

Domicília Costa (BE) que saudou os membros do Governo presentes, questionando sobre se o Governo está disponível para eliminar, ainda que parcialmente, a propina a que está sujeita a frequência do ensino de português no estrangeiro, designadamente, perante situações de comprovada carência económica.

Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP) que voltou a uma questão que considerou não ter tido resposta, relacionada com o investimento estrangeiro no valor de cerca de 400 milhões de euros, programado para ocorrer até ao verão.

Carla Cruz (PCP), para saudar o fim da prestação externa de serviços consulares e para perguntar se o Governo está a para do facto de, no Luxemburgo, não existir ninguém interessado em frequentar o ensino do português.

Carlos Páscoa Gonçalves (PSD) que quis saber se o Governo tem preparado algum programa de ajuda de emergência semelhante ao da Venezuela para o Brasil, bem como para Angola, Moçambique e África do Sul, dada a crise atravessada por estes países com grandes comunidades portuguesas, lembrando que existem mais de 600 programas de ajuda que transitaram do anterior Governo.

Paulo Pisco (PS) para sinalizar que na campanha promocional do europeu de futebol as estruturas oficiais indicarem o apoio de, apenas, 11 milhões de portugueses, o que não tem caído bem junto das comunidades portuguesas no estrangeiro, por entenderem ter ficado de fora desta referência. E perguntou que tipo de enquadramento é atualmente facultado aos Gabinetes de Apoio aos portugueses no estrangeiro, designadamente no caso do Gabinete de apoio ao Investidor da diáspora, e se estão previstos mais apoios para o movimento associativo.

Em resposta a esta primeira série de perguntas, referiu o Senhor Ministro que:

O MNE e o Ministério da Cultura estão a trabalhar numa lógica de “frente unida” sobre cultura e sua divulgação e internacionalização; o Instituto Camões está a preparar um atlas da língua portuguesa que será brevemente distribuído. Na educação para o desenvolvimento, foram já aprovados 15 projetos apresentados por diversas ONG's, considerando ser imprescindível fomentar mais escolas da UNESCO e dar seguimento às

políticas do Conselho da Europa, fundamentais na educação para a cidadania. Referiu estar a par da questão colocada sobre o ensino do português no Luxemburgo e estar atento ao estatuto do português como língua de herança. Informou, ainda, que até ao fim do verão serão assinados contratos com valor próximo dos 400 milhões de euros, sem esquecer terem já sido assinados contratos na indústria e nos serviços.

Prosseguiu, agora, o senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas para agradecer a presença dos Deputados eleitos pelos círculos internacionais no último Conselho das Comunidades; referiu existir espaço para modernizar a rede consular, designadamente ao nível da atividade notarial e registo criminal, com a ajuda das tecnologias de informação; e que já foi aumentado o efetivo de pessoal no Consulado Geral no Rio de Janeiro.

Seguidamente, intervieram o(a)s Senhore(a)s Deputado(a)s abaixo mencionados que colocaram as seguintes questões:

António Ventura (PSD), para saber qual o ponto de situação relativamente às negociações da Base das Lajes, bem como sobre o processo de descontaminação dos solos e das águas nas áreas da Terceira adjacentes aos depósitos de combustível ali existentes.

Lara Martinho (PS) que, sobre a reunião da Comissão Mista de maio passado sobre as Lajes, perguntou se foram abordadas medidas no domínio económico para os Açores; quais as perspetivas do Governo para a cimeira da NATO de Varsóvia; e quais as alternativas que o Governo está a pensar em termos de mercados de exportação.

Ângela Guerra (PSD), para perguntar qual a participação do governo português no esforço de ajuda aos refugiados e, em particular, ao tráfico de crianças associado a este flagelo.

Joana Lima (PS), sobre o ponto de situação relativamente à ligação aérea Lisboa-Porto; e se existe a intenção de reforçar, a título excepcional, o número de Cônsules Honorários, atenta a falta de pessoal existente.

José Cesário (PSD) alertou para o facto de nos números apresentados sobre documentos solicitados em Caracas englobar também mera documentação de simples viagem, informação que deve ser, por isso, corrigida e relativizada. Pediu a intervenção urgente do Governo perante os atrasos superiores a 8 meses na satisfação de pedidos de documentação, principalmente, nos consulados situados fora da Europa. Referiu que o pessoal externo admitido localmente tem melhor remuneração que o pertencente aos quadros dos consulados, motivo pelo qual questionou se o Ministério, nomeadamente no Brasil, está disponível para nivelar as remunerações praticadas ao nível dos assistentes administrativos.



Em resposta, referiu o Senhor Ministro que o Governo nunca se pronunciou contra a revisão do acordo das Lajes, sendo certo estarem a decorrer as obras de desmantelamento de dois oleodutos. Relembrou que na última reunião da Comissão Bilateral Permanente ficou tratado o dossiê mais importante, relativo ao pessoal, tendo ficado estabelecido que não ocorreriam despedimentos. Quanto à NATO e à Cimeira de Varsóvia, espera-se um reforço do empenhamento tanto da União como da NATO, privilegiando uma perspetiva de complementaridade operacional. Anunciou que se deslocará ao Egipto, atento até o potencial do mercado que este país pode representar para Portugal. Finalmente, referiu não caber ao Governo estabelecer as rotas aéreas na TAP, embora tenha já sido manifestada preocupação política com a situação vivida na Venezuela.

No seguimento, interveio, ainda, o senhor secretário de Estado para lembrar terem sido colocados três novos Cônsules-adjuntos, em Paris, Londres e São Paulo, potenciando a capacidade de resposta da rede consular, estando a decorrer concursos para a colocação de outros dez chanceleres, nomeadamente em Bruxelas. Referiu estarem sinalizados cerca de trinta municípios em França onde podem ser implementados mais Gabinetes de Apoio ao Emigrante. Por outro lado, estão já alocados os recursos humanos necessários à abertura do Gabinete de Investimento da Diáspora, devendo iniciar o trabalho muito brevemente. Finalmente, lembrou que duas importantes linhas aéreas internacionais suspenderam recentemente os seus voos para Caracas, o que veio dificultar ainda mais a gestão de reservas e o acompanhamento próximo da situação. Ainda acerca da situação neste país, o Governo deu já instruções no sentido de recolher informações com recurso à rede associativa portuguesa, relativamente ao reporte de casos de grave carência económica, não bastando, por isso, a nomeação de um conselheiro social, pese embora esteja a mesma prevista para muito em breve. Como bens de primeira necessidade correntemente deficitários, identificou medicamentos, fraldas para incontinentes e prestação de cuidados médicos. Terminou, referindo ser difícil quantificar os fluxos de abandono, pois o Consulado não é informado das motivações do trânsito de pessoas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos membros do Governo e dos Senhores Deputados, tendo encerrado a sessão pelas 14 horas e 15 minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

[http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02\\_CNECP/CNECP\\_20160601.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160601.mp3)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Palácio de S. Bento, 1 de junho de 2016

**O Presidente da Comissão,**

**(Sérgio Sousa Pinto)**

### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra

Carlos Páscoa Gonçalves

Filipe Lobo D' Ávila

Gabriela Canavilhas

Joana Lima

João Oliveira

Jorge Moreira da Silva

José Cesário

Lara Martinho

Paula Teixeira da Cruz

Paulo Neves

Paulo Pisco

Pedro Filipe Soares

Domicilia Costa

Porfírio Silva

Sérgio Sousa Pinto

António Ventura

Berta Cabral

Carla Cruz

Duarte Marques

Fernando Jesus



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Hugo Costa

Maria Augusta Santos

Maria Manuela Tender

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins

Ascenso Simões

Carlos Alberto Gonçalves

Isabel Santos

Nuno Magalhães

Ricardo Baptista Leite

Sérgio Azevedo

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 19/07/2016.**